

PALAVRAS PARA QUE VOS QUERO? Linguagem inclusiva e ensino de PLE

FILIPA MATOS

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI ROMA TRE

Abstract – Concerns of a non-discriminatory and inclusive nature are relatively consensual in today's society. Indeed, gender equality is one of the Goals in the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development (2015). This exploratory study seeks to understand how gender-inclusive language is used in its various forms (written, oral and visual) in international institutions and organizations (European Parliament; General Secretariat of the Council of the European Union), academically (University) and on the Internet. It is also the aim of this study to understand which are the strategies for using gender-inclusive language for the teaching and learning of Portuguese as a foreign language (PLE) and, equally, how to prepare students for their future at a professional level (for instance as translators, mediators or interpreters).

Keywords: gender-inclusive language; inclusive teaching and learning; portuguese as foreign language; guidelines for gender-inclusive language.

1. Introdução

A língua encontra-se em constante evolução, as formas mudam e como as utilizamos deve acompanhar essa mudança. Desde a década de oitenta que existem esforços no sentido de se utilizar uma linguagem não sexista, neutra e equitativa do ponto de vista do género de modo a evitar preconceitos relacionados com o género. Usar uma linguagem sensível à questão do género e isenta de preconceitos é uma forma de repensar pareceres sobre homens, mulheres, pessoas com deficiências (visuais) e outros grupos e pessoas na sociedade. Em 2021, *Deutsche Welle* (DW) publicou um artigo onde menciona que a companhia aérea Lufthansa anunciou que eliminou “senhores e senhoras” das saudações de modo a adotar uma linguagem mais neutra em termos de género e facultou aos seus funcionários uma lista de alternativas para “garantir que nenhum passageiro se sinta excluído.¹ Este é um dos exemplos, entre tantos outros, que demonstra que a preocupação de se utilizar uma linguagem ou uma comunicação mais inclusiva começa a

¹ <http://85.217.170.64/pt-br/lufthansa-elimina-senhoras-e-senhores-de-sauda%C3%A7%C3%B5es/a-58255998>.

espelhar-se em muitos campos da nossa sociedade. A questão da linguagem inclusiva tem sido um tema central na luta pelos direitos LGBTQI+, na tentativa de encontrar novas palavras que não demonstrem uma visão binária da identidade de género. Contudo, no que concerne à nomenclatura a adotar e relativamente à inclusão de novas formas de marcação de alguns substantivos e adjetivos, como a alteração de pronomes de forma a não marcar o género, faz com que exista uma divergência entre vários estudiosos.

Com efeito, nos últimos anos, foram elaboradas e postas em prática numerosas orientações à escala nacional e internacional. Segundo o Parlamento Europeu (2018) instituições internacionais e europeias (Como as Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e a Comissão Europeia), associações profissionais, universidades, importantes agências noticiosas e publicações adotaram orientações relativas à utilização de uma linguagem não sexista. Os guias e manuais elaborados em diferentes áreas de atuação, explicam as mudanças que foram efetuadas a nível de estratégias de marcação e quais as formas que sugerem ser adotadas para tornar a linguagem mais inclusiva. Surgem assim nomenclaturas como: linguagem inclusiva de género, linguagem neutra, não-binária ou neolinguagem.

Neste trabalho adotaremos a nomenclatura de linguagem inclusiva (de género) e comunicação inclusiva, aspeto que aprofundaremos mais adiante. Não é nosso intuito efetuar uma revisão exaustiva da literatura sobre o tema em questão, nem tratar a linguagem inclusiva do ponto de vista morfológico, contudo interessa esclarecer o entendimento que lhe é dado e apresentar alguns exemplos. O nosso objetivo principal centra-se em observar como é utilizada a linguagem inclusiva do ponto de vista do género no português, principalmente no português europeu, nas suas várias formas, em âmbito académico e em instituições e organizações internacionais. É também nosso intuito, suscitar reflexões que permitam melhorar a utilização da linguagem inclusiva de género no ensino e aprendizagem de português como língua estrangeira (doravante PLE) e contribuir para formar e preparar estudantes de PLE para a comunicação inclusiva quer em âmbito académico (comunicação em sala de aula; análise e aplicação de conteúdos programáticos; em situação de *Erasmus*), quer profissional. (como é o caso de estudantes que pretendem ser mediadores, tradutores e intérpretes). Face a tal, de modo a ser contextualizado e melhor compreendido o tema em questão, pretende-se apresentar um panorama geral sobre como está a ser aplicada a linguagem inclusiva, neutra e/ou não-binária principalmente em países como a Itália, Portugal e Brasil. Pretendemos ainda ilustrar qual a utilização das formas neutras com base em artigos e alguns *posts* retirados das redes sociais. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões para a formação de docentes e discentes de forma a contribuir para a fomentação e aplicação da linguagem

inclusiva, com foco no ensino superior, no âmbito do ensino-aprendizagem de PLE.

2. Linguagem inclusiva, neutra, não-binária: um breve panorama

A linguagem inclusiva, não binária e também denominada linguagem neutra, é um fenómeno social, político e linguístico vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQ+. O debate pela adoção de uma linguagem inclusiva, neutra, não-binária tem vindo a tomar voz nos últimos anos, em diferentes países (Schwindt 2020), sendo que o termo linguagem neutra é o que mais polémica tem suscitado. De acordo com Daniela Bento (2022), dentro do conceito de linguagem inclusiva, existe uma especificação, a linguagem neutra, que

é uma aplicação prática da necessidade de ter uma linguagem inclusiva que não seja discriminatória para quem não se revê no [sistema] binário mulher-homem (entende-se por não-binária toda pessoa que não é exclusivamente mulher, nem exclusivamente homem). (Gerador 2022)

Existem muitas opiniões e questionamentos sobre o facto de podermos ou não utilizar o termo linguagem neutra concomitantemente com o termo linguagem inclusiva. Segundo a linguista Raquel Freitag (2020) a linguagem neutra não existe e é considerada um termo equivocado. Numa entrevista à Cenpec, a linguista partilha o seu ponto de vista referindo que,

[t]oda a vez que qualquer pessoa abre a boca ela já diz quem ela é. Mesmo sem dizer explicitamente, ela dá pistas de onde vem, de qual a sua idade, do perfil social ao qual ela pertence. A linguagem neutra, portanto, não existe. (Cenpec 2020)

Contrariamente ao referido por Raquel Freitag, muitos estudiosos defendem a existência e utilização da linguagem neutra, como é o caso de Silvia Cavalcante² que considera que se verifica, já há algum tempo, a marcação de neutralidade – principalmente na linguagem utilizada na internet, redes sociais, e-mails, entre outros recursos - de facto a autora menciona que se usa o género neutro com o intuito de marcar indivíduos que não se identifiquem com masculino ou feminino, os não-binários, ou para neutralizar os indivíduos. Vale, no entanto, evidenciar que a neutralidade do género é abrangente e vai além de questões relacionadas com pronomes e que a inclusão de estratégias utilizadas para a neutralização de género gramatical

² Apresentação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s_YITh9V2Gc.

tem vindo, nos últimos tempos, a gerar discussão acerca da sua plausibilidade carecendo de maior atenção.

Para além da questão de nomenclatura, surge a preocupação sobre como deve ser utilizada a linguagem neutra ou inclusiva, mais propriamente de que modo podemos ser inclusivos e se devemos inserir ou modificar as palavras que já conhecemos e que fazem parte do nosso repertório linguístico e quais as linhas orientadoras a seguir. Nesta perspetiva, Pedro (2022) defende que “a linguagem inclusiva traz uma reflexão a partir dos instrumentos já reconhecidos como parte da língua”. Face a tal, considera-se pertinente observar como se comportam algumas instituições europeias que têm procurado implementar práticas linguísticas de inclusão social (Matos 2020) e atestar que orientações e sugestões são dadas para a utilização de uma comunicação inclusiva. Em 2008, o Parlamento Europeu foi uma das primeiras organizações a nível internacional a criar um documento com orientações multilingues com vista à utilização de uma linguagem neutra do ponto de vista do género tanto na sua comunicação oral, como escrita (Parlamento Europeu 2018). Após dez anos, em 2018, no 10º aniversário, o Grupo de Alto nível sobre a igualdade de género e a diversidade, solicitou aos serviços do Parlamento que o guia com as recomendações estilísticas para os representantes dos países-membros da União Europeia fosse atualizado definindo linguagem neutra e justificando o motivo pelo qual deve ser utilizada:

[a] linguagem neutra do ponto de vista do género é um conceito genérico que se refere à utilização de linguagem não sexista, de linguagem inclusiva ou de linguagem equitativa do ponto de vista do género. O objetivo de uma linguagem neutra do ponto de vista do género consiste em evitar a escolha de termos suscetíveis de serem interpretados como tendenciosos, discriminatórios ou pejorativos ao implicarem que um sexo ou um género social constitui a norma. (Parlamento Europeu 2018, p. 03)

O Parlamento Europeu evidencia que as orientações que disponibiliza são uma forma de incentivar os serviços administrativos a utilizar uma linguagem inclusiva na redação e tradução de documentos ou na interpretação. Salienta ainda que, com base no ambiente multilingue em que trabalham,

[o]s princípios da neutralidade de género na linguagem e da linguagem inclusiva do ponto de vista do género implicam o recurso a diferentes estratégias nas várias línguas oficiais, em função das respetivas tipologias gramaticais (2018, p.5).

No que concerne as línguas oficiais da União Europeia, o Parlamento Europeu frisa que nem todas as línguas apresentam marcas de género dividindo-as em três tipos de língua de acordo com o género gramatical. (i)

Línguas de género natural (o dinamarquês, o inglês e o sueco); (ii) línguas com marca de género (como o alemão, as línguas românicas e as línguas eslavas) e (iii) línguas sem marcas de género (como o estónio, o finlandês e o húngaro). O documento elaborado pelo Parlamento Europeu apresenta algumas questões comuns à maioria das línguas e sugere algumas formas como poderão ser tratadas (conferir ponto 3.1 deste trabalho).

Apesar das recomendações dadas pelo Parlamento Europeu já terem sido formalizadas em Portugal por iniciativa da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), na forma de Manual de Linguagem Inclusiva para a Administração pública, não existe, até onde o nosso conhecimento nos permite afirmar, evidência empírica que sustente a pertinência da introdução de políticas linguísticas de inclusão (Matos 2020, p.5).

Depois deste breve quadro sobre a utilização da linguagem inclusiva, prosseguimos as nossas considerações ilustrando a atual situação aquando da aplicação da linguagem inclusiva de género nas suas várias formas em países como a França, Itália, Brasil e Portugal.

2.1. Linguagem inclusiva e legislação

De acordo com Pessotto (2019) a maneira como o género é expresso nas línguas do mundo varia muito e não se restringe apenas à oposição masculino-feminino. De facto, a autora considera que,

[a] marcação de género aparece em pelo menos um quarto das línguas do mundo, de forma obrigatória, ou seja, nas línguas que apresentam género gramatical, a atribuição do género ao substantivo é indispensável. No Português, género e número são classificações inerentes a qualquer substantivo: todos são marcados como feminino ou masculino, singular ou plural. (Pessotto 2019, p.164)

Consideramos ser pertinente observar quais são as mudanças que estão a ocorrer em países como a França, a Itália, o Brasil e Portugal e como estas estão a ser aceites. Aferimos que países como a França e o Brasil, procuram introduzir a utilização de uma Linguagem inclusiva no âmbito educacional, no que diz respeito à utilização de pronomes pessoais que atestem o género a que se referem. Por exemplo, o dicionário Francês *Le Petit Robert*,³ introduziu o pronome [neutro] *iel* – a junção de *il* (ele) e *elle* (ela) – na sua edição online no mês de outubro de 2021 - e, embora o termo esteja a ganhar popularidade, principalmente entre os jovens, ainda está longe de ser amplamente usado, ou mesmo compreendido por muitos falantes do francês.⁴

³ <https://dictionnaire.lerobert.com/definition/iel>.

⁴ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/introducao-de-pronome-nao-binario-em-dicionario-frances-agita-linguistas-em-franca/4737>.

Ainda em França, Jean-Michel Blanquer, ministro da Educação Juventude e Desporto francês, numa circular dirigida aos reitores da academia, aos diretores da administração central e aos quadros do ministério da Educação Nacional, de 5 de maio de 2021, incentiva a utilização de uma linguagem inclusiva quer em a nível administrativo, quer em sala de aula, proibindo, porém, a adoção de formas que não possam ser transcritas mediante a utilização de formas femininas ou masculinas,⁵ por defender ser “um entrave à leitura e compreensão escrita” e que “a impossibilidade de transcrever textos verbalmente com este tipo de escrita dificulta a leitura em voz alta e a pronúncia, e conseqüentemente a aprendizagem principalmente dos mais pequenos”. Acrescenta ainda que o uso da linguagem inclusiva prejudica os alunos com “deficiências ou problemas de aprendizagem”. O ministro destaca, no entanto, que não se deve deixar de enfatizar a feminização, por exemplo, de profissões, em exercícios orais em sala de aula.⁶

En premier lieu, il convient de proscrire le recours à l'écriture dite « inclusive », qui utilise notamment le point médian pour faire apparaître simultanément les formes féminines et masculines d'un mot employé au masculin lorsque celui-ci est utilisé dans un sens générique. L'adoption de certaines règles relevant de l'écriture inclusive modifie en effet le respect des règles d'accords usuels attendues dans le cadre des programmes d'enseignement. En outre, cette écriture, qui se traduit par la fragmentation des mots et des accords, constitue un obstacle à la lecture et à la compréhension de l'écrit. L'impossibilité de transcrire à l'oral les textes recourant à ce type de graphie gêne la lecture à voix haute comme la prononciation, et par conséquent les apprentissages, notamment des plus jeunes. Enfin, contrairement à ce que pourrait suggérer l'adjectif « inclusive », une telle écriture constitue un obstacle pour l'accès à la langue d'enfants confrontés à certains handicaps ou troubles des apprentissages.

Em Itália, por sua vez, constata-se, principalmente nas redes sociais, o uso do *schwa* [ə] (símbolo do Alfabeto Fonético Internacional (IPA)⁷ ou do asterisco (ex. Tutt ə; tutt*). A implementação destas formas foi criticada por vários estudiosos e considerada ‘inaceitável’ pela *Accademia da Crusca*.⁸ Archille (2021) reitera que:

[n]on esistendo lo schwa nel repertorio dell'italiano standard, non vediamo alcun motivo per introdurlo. [...] L'italiano ha due generi grammaticali, il maschile e il femminile, ma non il neutro. Dobbiamo serenamente prenderne

⁵ <https://magg.sapo.pt/atualidade/atualidade-internacional/artigos/fim-da-linguagem-inclusiva-nas-escolas-ministro-considera-que-esta-prejudica-os-alunos>.

⁶ <https://www.education.gouv.fr/bo/21/Hebdo18/MENB2114203C.htm>.

⁷ Do inglês International Phonetic Alphabet.

⁸ <https://accademiadellacrusca.it/it/contenuti/presentazione/6938>.

atto, consci del fatto che sesso biologico e identità di genere sono cose diverse dal genere grammaticale.

Enquanto que noutros países as problemáticas levantadas já se espelham há mais tempo, em Portugal este tema é bastante recente. De facto, confirma-se que a partir de 2019 tem vindo a aumentar o número de artigos de jornal e entrevistas as linguistas sobre o assunto em questão. A adoção do género não marcado na língua portuguesa começa a ser aplicada por meios de comunicação como a televisão e nos livros, principalmente no Brasil. Os pronomes “ele” e “ela” são substituídos por formas como “elu” e “ile”. Todavia, no que concerne a normativas vigentes sobre a utilização de uma linguagem inclusiva, na educação Portugal ainda não se pronunciou sobre esta questão enquanto que o Brasil, conta com o Decreto nº 1329 de 15/06/2021 (SC) que,

[v]eda expressamente às instituições de ensino e bancas examinadoras de seleção de concursos públicos a utilização, em documentos escolares oficiais e editais, de novas formas de flexão de género e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.⁹

e conta igualmente com a Lei 5.123 de 19/10/2021 aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado da Rondônia, onde «estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Rondônia ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.». Este decreto proíbe a denominada ‘linguagem neutra’ a nível curricular e no material didático em instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos. Acrescenta ainda no artigo 4º que,

[a] violação do direito do estudante estabelecido no artigo 1º desta Lei acarretará sanções às instituições de ensino privadas e aos profissionais de educação que concorrerem ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.¹⁰

Diante disto, a Associação Brasileira de Linguística (Abralin) manifestou-se contrária aos decretos de lei aprovados justificando que as práticas legislativas não têm em conta as ‘relações entre língua e sociedade e que interferem na construção de uma política educacional emancipadora e reflexiva’. A Abralin, acrescenta ainda que a sua posição contrária,

⁹ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=415779>.

¹⁰ <https://leisestaduais.com.br/ro/lei-ordinaria-n-5123-2021>.

baseia-se no entendimento de que orientações referentes a regras gramaticais do português brasileiro não devem ser regulamentadas por decretos governamentais, considerando, ainda, que esses textos legais costumam fazer um uso inadequado de termos próprios dos estudos da linguagem e incorrer em erros teóricos e conceituais. (Abralin 2021)¹¹

Não obstante o desagrado face aos decretos aprovados, persiste o dilema de atuação quanto à escolha, utilização e explicação das estratégias de marcação (neutra) de género, nomeadamente no ensino pois até os meios de comunicação, sobretudo na internet, utilizam uma comunicação inclusiva recorrendo a estratégias de marcação neutra de género. No caso do português, para além de estratégias de uso de masculino e feminino (ex.: bom dia a todas e a todos), da dupla barra (ex.: bom dia a todas/os) ou de paráfrases encontramos as formas ‘@’; ‘x’; ‘e’ (entre outras). Confrontamo-nos, portanto, com o questionamento: de que modo poderão estas formas serem aceites e incluídas na aprendizagem da língua portuguesa na sua forma escrita e oral? Será que a utilização destas estratégias, de não marcação de género, não poderá dar maior atenção às diferenças e não igualdades? Que implicações podem trazer para o ensino e aprendizagem? Estas são algumas questões a tratar num futuro estudo.

2.2. Algumas considerações sobre as estratégias “@”, “X” e “e”

As estratégias de não marcação de género não são recentes, na verdade, a marcação da neutralidade mediante a utilização de “@” ou de “x” no lugar do afixo de género ou da vogal temática continua a ser recorrente. Confira-se os exemplos em seguida.

1. Querid@s alun@s
2. Bom dia a todx

A inclusão de novas marcas no final de nomes e adjetivos (exemplos mencionados anteriormente), não são as únicas formas de marcação do género neutro. A mudança dos padrões de marcação e produtividade de género gramatical na língua verifica-se também através da ampliação de marcas já existentes, como é o caso de “-e” (ex. amigue) ou a criação de novos pronomes e artigos (ex. ile, elu,) (Schwindt 2020).

Como é possível verificar através dos exemplos dados – principalmente nos exemplos 1 e 2 - , as formas apresentadas pretendem evitar a utilização do género masculino ou feminino, no entanto, segundo Pessotto (2019), Coutinho (2021), Veloso (2021) e Pedro (2022), não podem ser consideradas

¹¹ <https://www.abralin.org/site/nota-publica-lei-n-5-123/>.

adequadas, quer devido a inadequação linguística, nomeadamente fatores de estrutura silábica do português (pensemos na utilização de 'x' e '@', onde a letra 'x' corresponde a alguns fonemas como /z/ em exemplo; alterando em /f/ 'xale', etc.) quer devido ao facto de serem consideradas problemáticas para “pessoas com deficiências visuais que utilizam programas de leitura através do som e quer igualmente por indivíduos com dislexia.” Confirma-se assim que, devido ao conhecimento que obtemos relativamente à organização dos sons na nossa língua, não é possível considerar-se uma palavra como “todx” ou “alunx” natural para o sistema, impossível de se reproduzir o som. Contrariamente, no que concerne a utilização da estratégia de marcação '-e', esta poderá ser vista como mais viável sendo que, tratando-se de uma vogal, poderá figurar como núcleo de sílaba e compor uma palavra neutra como, por exemplo, a palavra 'alunes'. De acordo com Pessotto (2019) “Nenhuma das estratégias hoje largamente utilizadas para a neutralização é plenamente satisfatória” acrescentando que,

por ser a marcação de gênero uma característica da organização interna da língua, qualquer proposta de alteração implementada artificialmente causaria um efeito em cadeia em todo o sistema, interferindo na fonotática, na morfologia, na sintaxe (no que toca à concordância), na semântica (como o falante percebe o significado dessa nova forma?), no processamento da linguagem (quais os custos cognitivos para interpretação e produção dessas formas?) e na escrita. (Pessotto 2019, p. 172)

De igual modo, Lúcia Vaz Pedro (2022) salienta que as estratégias de não marcação de gênero só funcionam, em parte, na linguagem escrita provocando implicações na acessibilidade da língua. Perante tal problema, e com base nos guias orientadores consultados para o desenvolvimento deste trabalho, apresentam-se em seguida, exemplos das formas que podem ser utilizadas na língua portuguesa com o objetivo de incluir a diversidade.

3. Formar para a linguagem inclusiva em PLE

Como já referido anteriormente, neste estudo exploratório é nossa preocupação, questionar e verificar a utilização da linguagem inclusiva no ensino de português como língua estrangeira (PLE). Tendo em conta que um dos intuitos é formar estudantes que, na sua grande maioria, serão futuros professores, tradutores ou mediadores (ou partem para Erasmus ou para fazer investigação em Portugal ou no Brasil) é assim nosso interesse, com este trabalho, mostrar as orientações que são dadas, especificamente, para a língua portuguesa em guias e manuais para a utilização de uma linguagem inclusiva (a nível formal). Pretende-se que essas linhas orientadoras sirvam igualmente como instrumentos que facilitem a comunicação inclusiva e num primeiro

momento (esperando aprofundar o presente estudo num futuro), tomou-se em consideração e análise o guia disponibilizado pelo Parlamento europeu (2018), o Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública (2009) e, no que respeita a abordagem a linguagem inclusiva nas instituições de ensino superior em Portugal (nomeadamente no Instituto Técnico de Lisboa e no Politécnico do Porto). Nesta perspectiva, não podemos não mencionar o que está a acontecer na comunicação na internet e achamos pertinente dividir a forma como é utilizada a linguagem inclusiva em duas categorias: (i) comunicação online: nas redes sociais (Instagram; Facebook; Youtube, twitter, etc...) e (ii) comunicação inclusiva em âmbito formal (nas organizações europeias, em geral e nas instituições de ensino superior, em particular). Daremos, no entanto, maior atenção ao ponto (ii), ilustrando as estratégias sugeridas para a não marcação de género.

Cada vez mais o online e as redes sociais fazem parte do nosso dia-a-dia e, face a tal, tornam-se o meio intermediário mais imediato para nos informar do desenvolvimento da sociedade a nível sociocultural e linguístico. Não podemos falar de linguagem inclusiva só em âmbito formal e escrito, mas devemos contemplar as formas de comunicação que nos rodeiam no nosso quotidiano. De facto, por mais que existam contradições entre linguistas acerca de como deve ser introduzida uma linguagem inclusiva, não-binária e/ou neutra no nosso quotidiano, a verdade é que, gradualmente, se constata que os meios de comunicação online estão a difundir e a alterar a forma como falamos e escrevemos a uma velocidade incrível. Veja-se como exemplo os videoblogs do youtuber brasileiro Claudio Rizzi (2018)¹² onde invariavelmente começa os seus vídeos com a saudação ‘Oi, você! Oi, meninos!’ (Pessotto 2019) ou ainda o anúncio feito pelo Museu da Língua Portuguesa no *Twitter*¹³, a 12 de julho de 2021, onde utiliza o pronome sem género ‘todes’ (figura 1).

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=oR14eljWBx0>.

¹³ <https://twitter.com/MuseudaLingua/status/1414704318800875520?s=20&t=tfy05zh9DTCbOrNx B6DHiQ>.



Figura 1

“todos, todas e todes” - screenshot da conta do Museu da Língua Portuguesa.

A este propósito persiste a questão de como formar alunos de PLE para a utilização de uma linguagem e comunicação inclusiva em português não descurando que

[u]ma sociedade e uma educação /ensino inclusivos complementam-se com uma comunicação inclusiva, isto é, uma comunicação – escrita, oral, gráfica ou simbólica – em que os princípios do respeito pela dignidade das pessoas, da igualdade, da não discriminação, do respeito pela diversidade estejam presentes, em que as diferenças, quaisquer que sejam, são neutralizadas. (Serrão *et al* 2020, p.1)

Maria Antónia Coutinho e Matilde Gonçalves, ambas docentes no Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), defendem que todos devemos lutar pela inclusão e diversidade quando se fala e se escreve, porém, tal não implica que exista a necessidade de criar e utilizar novos pronomes. As docentes reputam que, quer na escrita como na oralidade, se faça uso do vocabulário que já faz parte da língua portuguesa, mas de forma mais inclusiva e diversificada aplicando estratégias que sejam plausíveis para a compreensão da mensagem. A discussão que se tem vindo a verificar a este propósito, maioritariamente a nível da utilização dos pronomes, ainda tem um longo caminho a percorrer, apesar de Cunha e Cintra (1984) e Abranches (2009) salientarem que

[a] língua portuguesa oferece várias outras opções que possibilitam a inclusão de todas as pessoas na comunicação. Não é assim difícil encontrar, a partir do vasto e rico repertório ao nosso dispor (Cunha e Cintra, 1984), formas de redação onde ‘todas e todos os cidadãos possa caber – em igualdade. (Abranches 2009, p. 24)

Como docentes, cabe-nos a nós, (in)formar e mostrar qual é panorama que podemos encontrar atualmente. Refletindo, partilhando e (re)construindo recursos didáticos, em conjunto com a comunidade académica nesta área, de forma a contribuir e sensibilizar à formação de estudantes de português como língua estrangeira (PLE).

3.1. Guias e manuais de linguagem inclusiva: orientações específicas para o português

Como já mencionado, sendo um dos nossos objetivos formar estudantes que poderão vir num futuro a trabalhar no campo da tradução, mediação e interpretação é pertinente prepará-los para a utilização de uma linguagem inclusiva. A observação de guias, manuais e documentos orientadores sobre a utilização de uma linguagem sensível à questão do género e isenta de preconceitos permite evitar recorrer, de forma não intencional, a uma linguagem discriminatória (SGC, 2018). Importa assim observar as orientações dadas sobre a sensibilidade de género na linguagem aquando da redação, tradução e interpretação, presentes no guia orientador de Linguagem Neutra do ponto de vista do género no Parlamento Europeu (2018).

No que diz respeito à tradução, o Parlamento Europeu salienta que os textos devem ser reproduzidos de forma fiel e rigorosa na sua própria língua e, se o autor utilizar deliberadamente linguagem específica em termos de género, a tradução deverá respeitar essa intenção. No mesmo sentido, o Manual de comunicação inclusiva do Secretariado- Geral do Conselho da União Europeia (2018), acrescenta ainda que “é ainda especialmente relevante em documentos sobre igualdade de género, não discriminação, minorias ou direitos humanos, a fim de evitar uma incoerência entre mensagem a transmitir e a linguagem utilizada.” Quanto aos intérpretes, as particularidades da linguagem falada em relação à escrita, podem ser um entrave para a utilização de uma linguagem inclusiva de género. De facto, constata-se que

a rapidez das intervenções, a necessidade de respeitar a autoria do discurso e as intenções do orador, sem interferir no conteúdo, bem como as particularidades da linguagem falada em relação à linguagem escrita, que podem por vezes dificultar a utilização de linguagem neutra do ponto de vista do género na interpretação simultânea, uma atividade caracterizada por um ritmo acelerado e uma grande intensidade. (Parlamento Europeu 2018, p.4)

Apresentamos em seguida algumas formas sugeridas pelo guia do Parlamento Europeu (2018) de modo a evitar o uso de uma linguagem marcada de género.

1. Utilização de termos genéricos, coletivos e abstratos

Exemplo:

- «A classe política», em vez de «Os políticos»;
- «As pessoas interessadas», em vez de «Os interessados»;
- «As pessoas responsáveis pela supervisão», em vez de «Os supervisores»;
- «A gerência», em vez de «Os gerentes».

2. Substituição de nomes por pronomes invariáveis e frases passivas

Exemplo:

- «As candidaturas devem ser enviadas até...», em vez de «Os candidatos devem enviar as suas candidaturas até...»

3. Utilização genérica do termo «Homem»

Exemplo:

- «a humanidade»; «o ser humano»; «as pessoas».

4. Denominação de profissões e funções

Exemplo:

- «O presidente» – «A presidente»;
- «O deputado» – «A deputada».

5. Formas de tratamento

Deverá evitar-se, tanto quanto possível o uso de Senhor/Senhora (Sr. / Sra.) designando as pessoas pelo nome próprio e pelo apelido ou apelidos (eventualmente seguidos do respetivo cargo).

Exemplo:

- «Intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa».

Os exemplos mostrados, são apenas algumas formas que podem ser usadas quer no âmbito de uma comunicação formal ou informal, oral ou escrita.

Quanto à adoção e aplicação de uma linguagem inclusiva no Ensino Superior, saliente-se que, até à data, somente o Instituto Superior Técnico de Lisboa e o Politécnico do Porto promovem a utilização de uma comunicação mais inclusiva, sendo que, apenas o Politécnico do Porto reforça a importância do uso de uma comunicação inclusiva nas suas várias formas (escrita, oral e visual) contribuindo para tal com publicação do *Guia para uma Comunicação inclusiva* do Politécnico do Porto (2020). Face a tal, focar-nos-emos neste guia. Convém, no entanto, recordar que as diretrizes dadas pelo Politécnico do Porto, têm como objetivo serem utilizadas em todos os instrumentos de comunicação internos e externos à instituição, para que “a

linguagem verbal e as ilustrações não perpetuem estereótipos e preconceitos androcêntricos ou de outra natureza, nomeadamente, racista, etnocêntrica ou xenófoba.

No que diz respeito à linguagem inclusiva de género, como formas de inclusão e substituição de formas de género, utilizam a divisão em dois tipos de recursos: (i) Especificação do sexo/género mediante “a referência explícita a homens ou mulheres de formar igual e paralela, o que implica tornar visível o sexo invisível.” (2020). Assim, sugere-se a o uso de barras (o/a coordenador/a) e a utilização de formas duplas (investigadores e investigadoras). No que diz respeito a esta última sugestão, conforme explícita Abranches (2009) com base em Cunha e Cintra (1984) deve-se, sempre que se verificar a aplicação de adjetivo(s) no recurso a formas duplas, sugere-se a respetiva concordância com o substantivo mais próximo (ex. as e os pensionistas abrangidos). Ainda sobre a utilização das formas duplas, Coutinho no seu estudo sobre *Identidades textuais, Linguagem inclusiva e (Re)formulação*, aponta que esta utilização perturba (estilisticamente) o texto dando a perceção, nas palavras da autora, de “... caricatura e ao anedótico”. A autora indica que uma solução

seria a da reformulação, recorrendo, por exemplo, a expressões hiperonímicas, apesar de, também neste caso, poder-se obter algumas problemáticas principalmente no que diz respeito à determinação pronominal. (Coutinho, 2021, p.65)

Sugere-se igualmente a utilização de (ii). neutralização ou abstração da referência ao sexo/género (como citado anteriormente a respeito das linhas orientadoras do Parlamento Europeu) sendo estas substituídas por paráfrases com nomes sobrecomuns (ex. usar ‘pessoal de limpeza’ em vez de, ‘empregadas de limpeza’), ou por coletivos ou nomes representando instituições /organizações /Órgãos (ex. ‘À presidência’ em vez de Exmo. Senhor Presidente) e ainda pela eliminação do artigo, quando possível. Quando tal não for sintaticamente possível, recorrer às barras para separar as duas formas dos artigos (a/o aluna/o). Sobre este ponto note-se que o recurso a barras, dificulta em muitos casos – na escrita - a leitura e na oralidade, poderá provocar alguma quebra na comunicação. Adiciona-se ainda que se aconselha o evitar o uso de parêntesis, exceto nas palavras no plural, como neste exemplo “a/o(s) aluna/o(s)” pois, ao serem usados no singular, remetem para indicação de informação acessória e, de acordo com Serrão (2020) contraria “o princípio de dar visibilidade a homens e mulheres.”

Consideramos pertinente referir que o Guia do Politécnico do Porto (pp. 20-24), para além de facultar uma pequena lista de expressões a utilizar relativamente à linguagem inclusiva de género, fornece ainda estratégias para uma comunicação inclusiva sensível às questões étnicas, culturais e outras

condições particulares e, dá ainda algumas indicações sobre a linguagem a ser utilizada para fazer referência a pessoas com diversidade ou doença mental.¹⁴

As alternativas indicadas nos guias, por nós apresentados, são algumas das sugestões que podem ser utilizadas aquando do uso de uma linguagem mais inclusiva e que, como a língua é viva e plástica e com enorme capacidade de se adaptar a novas necessidades que teremos de continuar a pensar e imaginar novas fórmulas de escrever (Abranches 2009, p. 24).

4. Conclusões e reflexões

Vale recordar que o presente estudo se trata de um estudo preambular que procura traçar um breve panorama da perceção e uso da linguagem inclusiva em geral (Organizações, educação e na internet) focando-nos igualmente em fornecer preocupações e sugestões para a aplicação de uma linguagem mais inclusiva de género em contexto académico. Face a tal, requer-se num futuro, aprofundar o estudo em questão e abranger outras áreas do ensino e aprendizagem do PLE. Em fase de conclusão, conferimos que se torna extremamente complicado a utilização de uma linguagem inclusiva na oralidade e carece de atenção na sua forma escrita. Corroboramos com Coutinho e Gonçalves (2021) quando defendem que lutar pela inclusão e diversidade não tem de implicar obrigatoriamente o uso de novos pronomes, mas sim a utilização do vocabulário já existente de forma mais inclusiva e diversificada. Não invalidando, contudo, que a introdução de novos conceitos acontecerá a seu tempo, à medida que se tornarem mais comuns. Subscrevemos ainda Pessotto (2019) quando menciona que nos servirão sempre estratégias de uso e que no uso temos a possibilidade de expressar inclusão ou neutralidade por meio das palavras que se escolhe e das frases que se constrói, podendo as mesmas serem criticadas por falta de economia do número de palavras que se usa, como é o exemplo de “Bom dia a todas e a todos”, mas que não deixa de ser viável para uma comunicação mais inclusiva. Consequentemente, cabe a quem trabalha em educação dar visibilidade às questões de inclusão na língua, tentando sempre que possível recorrer a outras formas de dizer, misturar discursos e não empregar o uso da forma binária.

Segundo o que foi possível verificar, ainda existe um longo percurso a percorrer tendo em conta que a situação atual se trata somente de um esboço do que ainda tem de ser desenvolvido e terminado (se é que poder-se-á

¹⁴ https://www.ipp.pt/comunidade/responsabilidade_social/comunicacao_inclusiva/copy2_of_GUI_AINCLUSAOWEB.pdf.

alguma vez dar por terminadas todas as questões levantadas). Este trabalho pretende, igualmente, evidenciar que é importante refletir e fomentar discussão sobre o ensino e aprendizagem da linguagem inclusiva em PLE. Desse modo, estaremos a contribuir para o repensar na tipologia de estratégias didáticas a aplicar com o intuito de sensibilizar e melhorar a prática docente e a formação de professores e de estudantes de PLE no âmbito do ensino superior e no seu futuro a nível profissional. É também imprescindível averiguar a forma como este tema é tratado em âmbito académico italiano, nas outras universidades italianas onde o português é ensinado e verificar de forma mais aprofundada, como a linguagem está a ser utilizada e modificada nos meios de comunicação, especialmente no que diz respeito à comunicação digital, online. Espera-se com este estudo contribuir para o debate sobre a linguagem inclusiva e, concomitantemente, incentivar a futuras investigações neste âmbito.

Nota biográfica: Filipa Matos, licenciou-se em Línguas e Literaturas modernas (estudos portugueses e ingleses) pela Universidade Autónoma de Lisboa em 2002. Em 2013 obteve o título de Mestre em Pedagogia do e-Learning na Universidade Aberta com a tese: “O Skype como ferramenta de interação e colaboração no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras em teletandem”. Pela mesma universidade, em 2019, concluiu o Doutoramento em Educação, na área de especialização de Educação a Distância e Elearning. Começou o seu percurso de ensino de PLE em 2004, na Universidade de Salerno. Desde 2014 até hoje leciona português na Universidade de Roma Tre (Cátedra José Saramago), na Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT) e na Universidade de Bolonha (Cátedra Eduardo Lourenço), onde colaborou no projeto ILOCALAPP – incidentally learning other cultures and languages through an app.

Email: filipa.matosmartins@uniroma3.it

Referências bibliográficas

- Abranches G. 2009, *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.
- Aragão R. e Dias I.A. 2014, *Redes sociais na internet e aprendizagem de línguas*, in “Pontos de Interrogação” 4[1], pp. 95-112.
- Ausubel D. 1967, *Learning theory and classroom practice*, Ontario Institute for Studies in Education, Ontario.
- Bereciartua J., Nascimento de Souza R. e Peez Klein D. 2018, *Linguagem inclusiva na aula de língua estrangeira: criar modos de existir junto*. VII Jornadas de Español como Lengua Segunda y Extranjera, 6 y 7 de septiembre de 2018, Ensenada, Argentina. EN: Actas. Ensenada : Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Especialización en la Enseñanza de Español como Lengua Extranjera. En Memoria Académica. http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.13458/ev.13458.pdf.
- Conselho da Europa 2001, *Quadro comum europeu de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*, edição portuguesa, Edições Asa, Porto.
- Conselho da União Europeia 2021, *Comunicação inclusiva no SGC*, Serviço das Publicações. <https://data.europa.eu/doi/10.2860/256708>.
- Coutinho M.A. 2021, *Identidades Textuais, Linguagem Inclusiva e (Re)formulação*. In *Reformular, une question de genres? | Reformular, uma questão de géneros?*, ed. Driss A., Gonçalves M. e Silva F., pp. 51-65. Vila Nova de Famalicão. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/44763988/Reformular_uma_questao_gen_eros_DIGITAL_53_67.pdf.
- Cunha C. e Cintra L. 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- Guimarães V. de S. 2020, *Inclusão na língua: as tentativas de neutralidade de género no português brasileiro*, in “Revista da ABRALIN” 19 [2], pp. 1-5.
- Hymes D. 1972, *On Communicative Competence*. Pride, J. B. E, Holmes, J. (eds.). *Sociolinguistics*, Baltimore, Penguin Education, pp. 269-293.
- Instituto Europeu para a Igualdade de Género 2019, *Toolkit on gender-sensitive communication: a resource for policymakers, legislators, media and anyone else with an interest in making their communication more inclusive*, Publications Office, <https://data.europa.eu/doi/10.2839/589287>.
- Língua, gramática, género e inclusão 2020, Simpósio apresentado por Raquel Freitag [s.l., s.n.], 2020. 1 vídeo (2h 50min 05s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY.
- Matos J. 2020, *Poderá uma língua natural sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, NOVA FCSH. <http://hdl.handle.net/10362/110814>.
- Miranda M.J.R. 2020, *Português para todes?: um diálogo entre a análise de discurso crítica e a sociolinguística sobre linguagem não binária*, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português)—Universidade de Brasília, Brasília.
- Monteiro A. 2022, *Linguagem inclusiva e/ou neutra: o que está em causa?*. <https://gerador.eu/linguagem-inclusiva-e-ou-neutra-o-que-esta-em-causa/>.

- Oliveira T.S. 2015, *Queda do gênero neutro do latim: questiúnculas sobre a divergência entre o gênero real e o gênero gramatical*, in “Revista Philologus” 21 [63]. <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63/002.pdf>.
- Pallotti G. e Ferrari S. 2021, *Dalla ricerca alla didattica. Percorsi per un’educazione linguistica inclusiva*, in Daloso M. e Mezzadri M. (a cura di), *Educazione linguistica inclusiva. Riflessioni, ricerche ed esperienze*, Edizioni Ca’ Foscari, Venezia, pp. 223-234.
- Parlamento Europeu 2018, *Linguagem neutra do ponto de vista do género*. https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf.
- Pessotto A.L. 2019, *Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva*, in “Revista Artemis” 28 [1], pp. 160-178.
- Serrão C. et al. 2020, *Guia P. Porto, Para uma comunicação inclusiva*, edição online: https://www.ipp.pt/comunidade/responsabilidade_social/comunicacao_inclusiva/copy2_of_GUIAINCLUSAOWEB.pdf.
- Silva J.O. 2014, *Ações inclusivas no ensino superior brasileiro*, in “Revista brasileira de estudos pedagógicos” 95[240], pp. 414-430.
- Schwindt L.C. 2020, *Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico*, in “Revista da Abralín” 19 [1], pp. 1-23.
- Tavares L.A. 2007, *Os géneros masculino, feminino e neutro*, Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/os-generos-masculino-feminino-e-neutro/20733>.
- Veloso J., “Exm.º Sr.º Dr.º, Senhora Presidenta, Car@s Amig@s e o Sexo dos Anjos”. <https://ojoaveloso.wordpress.com/2017/02/26/exmo-sro-dro-senhora-residentas-cars-amigs-e-o-sexo-dos-anjos/>.
- Vygotskij L.S. 2006, *Psicologia pedagógica. Manuale di psicologia applicata all'insegnamento e all'educazione*, Erickson, Trento.
- Vygotskij L.S. 2007, *A formação social da mente*, Martins Fontes, São Paulo.
- Vicente A.L.C. et al. 2022, *Linguagem Inclusiva de Género na Educação*, in “Diversidade e Educação” 10 [1], pp. 251-276.